



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS CONSELHOS NACIONAIS DOS CONSULTORES DO TRABALHO DA ITÁLIA, ESPANHA E POLÓNIA

30 de Abril de 1998

Ilustres Senhoras e Senhores!

1. Tenho a alegria de me encontrar convosco, acolhendo com ânimo grato um vosso desejo manifestado já há algum tempo. Vós representais, de modo altamente qualificado, a categoria profissional dos Consultores do Trabalho, tal como ela se exprime a nível institucional na Itália, Espanha e Polónia, ou seja, nos três Conselhos nacionais das respectivas Ordens.

Agradeço à Senhora Gabriella Perini as amáveis expressões que me dirigiu em nome de todos vós. Antes de mais, queria exprimir a minha satisfação pela ligação que soubestes criar entre as respectivas organizações nacionais, mediante vínculos que estão em primeiro lugar baseados na comunhão de interesses e de problemas profissionais, mas que são revigorados e corroborados também pelo conceito do homem e da sociedade, inspirado na mensagem cristã e na doutrina social da Igreja.

A ocasião é, portanto, oportuna para evocar alguns conteúdos gerais desse conceito, na persuasão de que isto não deixará de ser útil para os vossos específicos objectivos.

2. Do ponto de vista da ética social, o interesse saliente da vossa profissão é dado pelo facto que ela se ocupa do próprio trabalho, ou melhor, das relações de trabalho, a fim de tutelar a sua rectidão e a segurança nas suas várias fases, para salvaguardar a dignidade da pessoa e da família e no respeito das legítimas razões da empresa.

Eu quis dedicar a Mensagem para o Dia Mundial da Paz deste ano, quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao tema da justiça. Não há dúvida que promover relações de trabalho realmente dignas da

pessoa humana significa actuar para consolidar a justiça, pondo assim as premissas para uma paz autêntica e duradoura.

Nessa perspectiva, as exigências a que sois chamados a responder são múltiplas. Primeira entre todas, evidentemente, a de favorecer o trabalho e combater o desemprego. Esta última é, em todo o caso, um mal e, quando atinge certos níveis, pode tornar-se uma verdadeira calamidade social, ainda mais dolorosa se se consideram as consequências nefastas que comporta para as famílias e para os jovens.

A alta taxa de desempregados traz consigo sérios riscos de exploração. Por isso, é necessário vigiar atentamente sobre a equidade do salário e sobre as condições de trabalho, para que sejam garantidos os direitos à saúde, ao repouso e à previdência.

E que dizer, depois, do trabalho que a mãe desenvolve na família? Não se deveria talvez trabalhar com mais atenção por uma legítima reavaliação social das tarefas maternas? De coração faço votos por que se detenha a considerar estas exigências manifestadas por várias partes, avaliando de maneira concreta a fadiga unida às ocupações domésticas e a necessidade que os filhos têm de cuidado, de amor e de afecto, por parte dos pais e de modo especial da mãe.

3. Ilustres Senhores e Senhoras, obrigado pelo vosso empenho e pelos justos esforços que fazeis para tutelar os direitos dos trabalhadores. Todos sabem que um cuidadoso serviço às legítimas exigências de quantos estão unidos pela mesma profissão, não pode deixar de considerar as limitações impostas pela situação económica geral do País. Penso, neste momento, naquilo que a Itália, a Espanha e a Polónia estão a realizar para favorecer o almejado crescimento na liberdade e na solidariedade.

Penso também em cada iniciativa que tem em vista apressar a construção duma Europa, por sua vez, mais livre e solidária. Possa o vosso empenho ser váli- do estímulo à harmonização dos ordenamentos jurídicos dos vossos respectivos Países no sector do trabalho. Isto contribuirá de maneira eficaz para fazer progredir os povos do Continente em direcção daquela recíproca integração, que não pode deixar de ser vantajosa para todos.

A este desejo uno os meus bons votos para vós e para as vossas famílias, enquanto de coração vos abençoo.